

Américo Luís Martins da Silva

A EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA

- Inscrição e certidão da dívida ativa
- Cobrança judicial da dívida ativa
- Pressupostos processuais e o ajuizamento da execução fiscal
- Parcelação e expropriação na execução fiscal
- Formas de pagamento e remição na execução fiscal
- Embargos do devedor à execução, à arrematação e à adjudicação
- Embargos do devedor por carta precatória e embargos de terceiro
- Recursos cabíveis na execução fiscal
- Suspensão e extinção da execução fiscal
- Ação anulatória de débitos fiscais e medida cautelar fiscal

De acordo com:

- a Lei 11.933/2009, que aumenta prazos para Recolhimento de Tributos Federais
- a Lei 11.941/2009 (Lei do Parcelamento de Débitos Tributários)
- a Lei 12.382/2011 e jurisprudência recente dos Tribunais Superiores, Regionais e Federais

3.^a edição
revista, atualizada
e ampliada

EDITORIA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

Resumo de A Execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública

A partir de um estudo sobre a evolução história e sobre generalidades da dívida ativa da Fazenda Pública, o Autor examina todos os aspectos do tema: inscrição, certidão e cobrança judicial da dívida ativa pressupostos processuais e ajuizamento da execução fiscal penhora e expropriação formas de pagamento e remição embargos do devedor e de terceiro recursos cabíveis suspensão e extinção da execução fiscal e ação anulatória de débitos fiscais e medida cautelar fiscal.

Enfatiza, ainda, a permanente atitude do Governo de procrastinação do pagamento da dívida passiva em contraste com a máxima pressão exercida sobre os seus devedores. A presente obra vem estritamente atualizada com as Medidas Provisórias 447/2008, que aumenta os prazos para o recolhimento de tributos federais, e 449/2008, de parcelamento dos débitos tributários, e com a LC 128/2008, que altera a legislação do Supersimples.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)